

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.208 - RS (2019/0223082-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **MARCIO ANDRE HENTSCHKE**  
**AGRAVANTE** : **CRISTIANE LIESENFELD HENTSCHKE**  
**ADVOGADO** : **JEAN CHARLES FREITAS DA SILVA - RS061957**  
**AGRAVANTE** : **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**ADVOGADOS** : **NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU - SP217897**  
 : **JOSE QUAGLIOTTI SALAMONE E OUTRO(S) - SP103587**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO SANTANDER BRASIL S/A de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 504/505):

*APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CANCELAMENTO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO APÓS APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PELO BANCO, COM EMISSÃO DE CONTRATO NUMERADO E DA RESPECTIVA CARTA DE CRÉDITO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.*

*Processo instruído com informações internas do sistema do banco dando conta da aprovação do financiamento solicitado pelos autores. Caso em que houve emissão da carta de crédito confirmando essa aprovação e foi confeccionado contrato de financiamento já com o respectivo número, com agendamento da data para a sua assinatura.*

*Não demonstrado qual o critério objetivo que ensejou a reviravolta na avaliação do negócio pela instituição financeira. Alegação vertida na contestação, de que o coautor Márcio teria sido instado a juntar documentos atualizados*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*acerca dos seus rendimentos, quedando-se inerte, que não encontra arrimo na prova coligida.*

*Situação que demonstra não terem os autores se precipitado em ultimar a negociação do imóvel de R\$ 720.000,00 já contando com a disponibilização do crédito de R\$ 482.000,00 aprovado pelo réu. Negócio que veio a ser desfeito em razão do ocorrido, obrigando o casal, em época natalina, a procurar outro local para residir, desocupando a casa que havia sido escolhida pela família como local de moradia.*

*Indenização por perdas e danos fixada em) montante não impugnado de maneira fundada é específica pela instituição financeira. Incidência da correção monetária que deve ter como marco a data do prejuízo, a qual é anterior àquela apontada pelos autores. Danos morais ocorrentes. Frustração e sensação de desamparo que não podem ser equiparada à mera vicissitude cotidiana. Quantum indenizatório arbitrado pelo Juízo da causa em valor que refoge aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mesmo considerando as consequências gravosas do ocorrido.*

*Substancial minoração para valor suficientemente reparatório, sob pena de causar gravame exagerado à instituição financeira.*

*Gratuidade Judiciária que se defere a um dos autores, face à prova documental da alteração em sua condição econômico-financeira no curso da lide. Efeitos ex nunc.*

**APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDOS.**

Nas razões do recurso especial a parte recorrente alega violação dos arts. 14 do Código de Defesa do Consumidor e 186, 187 e 927 do Código Civil, 1º, 5º e 170 da Constituição Federal, ante a não obrigatoriedade na concessão do financiamento bem como requer a redução do *quantum* indenizatório e revisão do valor da condenação.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial sob fundamento de que não cabe recurso especial contra dispositivos constitucionais, ausência de prequestionamento (Súmula 211/STJ), impossibilidade de revisão do conteúdo fático.

Entretanto, verifica-se que a ora agravante não impugnou os referidos óbices, não havendo impugnação suficiente e satisfatória quanto aos referidos pontos, limitando-se a tecer alegações genéricas e reiteração das razões recursais.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.**

*1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.*

*2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.*

**3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.**

*4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.*

*5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)**

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Deixo de majorar os honorários recursais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que o patamar fixado na origem encontra-se em seu limite máximo legal, consoante e-STJ fl. 404.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

